

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA MONTSERRAT ALVAREZ DIAS

**CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS: A LETRA DE CRÉDITO DO
AGRONEGÓCIO COMPARADA A OUTRAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO**

**CURITIBA
2016**

CAMILA MONTSERRAT ALVAREZ DIAS

**CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS: A LETRA DE CRÉDITO DO
AGRONEGÓCIO COMPARADA A OUTRAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO**

Trabalho apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de Curso de
Especialização em Agronegócio no curso de
pós-graduação em Agro
negócio com Ênfase em Mercados,
Departamento de Economia Rural e
Extensão, Setor de Ciências Agrárias da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Vânia Di Addario Guimaraes

**CURITIBA
2016**

RESUMO

Com as diversas opções de investimentos, os diferentes tipos de riscos e as frequentes oscilações do mercado financeiro, reflexo de crises externas e da situação política atual, a busca por retornos maiores tem se tornando algo cada vez mais complexo. Diante deste cenário a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) tem surgido como mais uma opção de investimento. Este trabalho tem como objetivo identificar a composição do Sistema Financeiro Nacional e sua responsabilidade no mercado financeiro, os instrumentos de investimentos, os principais riscos envolvidos e a LCA como opção significativa na composição de um portfolio capaz de possibilitar o retorno esperado. A pesquisa foi feita com embasamento teórico retirado de livros e entrevista com uma consultora de investimentos de um dos maiores bancos do Brasil.

Através deste trabalho foi possível concluir que a Letra de Crédito do Agronegócio quando comparada a outras opções de investimento disponíveis no mercado apresentou rendimento superior ao de aplicações com o mesmo benchmark e uma excelente opção como forma de diversificação de aplicações para os diversos perfis de investidor.

PALAVRAS-CHAVE: Investidor; Risco; Retorno; LCA.

ABSTRACT

With the various investment options, the different types of risks and the frequent fluctuations in the financial market, reflecting external crisis and the current political situation, the search for higher returns is becoming something increasingly complex. In this scenario the Agribusiness Credit Bills (LCA) has emerged as another investment option. This study aims to identify the composition of the National Financial System and its responsibility in the financial market, investment instruments, the main risks involved and the LCA as a significant option in the composition of a portfolio capable of providing the expected return. The survey was conducted with retired theoretical basis of books and interview with a consultant in investment from one of the largest banks in Brazil.

Through this work we concluded that the Agribusiness Credit Bills compared to other investment options available in the market showed income superior to applications with the same benchmark and an excellent choice as a way of diversifying applications for different investor profiles.

KEYWORDS: Investor ; Risk; Return; LCA .

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósitos Interfinanceiros
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Comitê de Política Monetária
CTVM	Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DTVM	Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
LTN	Letra do Tesouro Nacional
NTN	Notas do Tesouro Nacional
RDB	Recibo de Depósito Bancário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	09
2.1 GERAL	09
2.2 ESPECIFICOS	09
3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	10
3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	11
3.1.1 Sistema Normativo	11
3.1.2 2 Instituição De Intermediação Financeira	12
4. FORMAÇÃO DE TAXAS NO MERCADO FINANCEIRO	15
4.1 TAXA BÁSICA DE JUROS	15
4.2 Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	16
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	16
5.1 ATIVOS DE RENDA FIXA	16
5.2 LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	18
5.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO	19
5.3.1 Classificação Dos Fundos	20
6. INVESTIDOR: CARACTERÍSTICAS E PERFIL	22
6.1 OBJETIVOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA	22
6.2 CICLO DE VIDA E PROPENSÃO AO RISCO	23
6.3 CLASSIFICAÇÃO DO INVESTIDOR	24
7. CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS – RISCO VERSUS RETORNO – AUXILIO TOMADA DE DECISÃO	24
7.1 RISCO, RETORNO E DIVERSIFICAÇÃO	24
7.1.1 Risco	25
7.1.2 Retorno	25
7.1.3 Diversificação	26
7.2 CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	26
8. MATERIAL E MÉTODOS	29

9. RENTABILIDADE X CDI	30
10. CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1.1 INTRODUÇÃO

A economia mundial vem passando por diversas crises desencadeadas por países europeus e por acontecimentos na política nacional, com isto ampliando a complexidade envolvida na análise do mercado financeiro. Mesmo em situações de incertezas e de ganhos reduzidos proporcionados por uma economia de expectativas, a busca pela obtenção do maior retorno possível continua intensa e tem se tornado não só um dos principais motivos pela busca de informações sobre o mercado, mas também a busca por profissionais especializados em consultorias de investimentos.

Os retornos obtidos pelos investidores resultam das aplicações realizadas em instrumentos financeiros que estão vinculados a prazos, riscos e retornos diferentes e que podem sofrer alterações de acordo com as mudanças econômicas do momento, o que tende a gerar insegurança na escolha da aplicação.

Este trabalho faz uma análise sobre o perfil do investidor e tem como objetivo identificar os principais instrumentos de investimentos e os fatores envolvidos na tomada de decisão. Sua contribuição está focada no estudo sobre a Letra de Crédito do Agronegócio como opção de investimento e ao mesmo tempo como instrumento de financiamento do agronegócio. Tem como premissa responder a seguinte pergunta problema: A Letra de Crédito do Agronegócio, que é também um instrumento de financiamento do agronegócio, pode ser considerada uma das principais opções de investimento?

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Comparar a Letra de Crédito do Agronegócio com outras opções de aplicação disponíveis no mercado.

2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Descrever os componentes do Sistema Financeiro Nacional
- Descrever a formação de taxa no Mercado Financeiro
- Descrever as principais opções de investimento
- Analisar os perfis de investidor e a contribuição da consultoria de investimento na escolha da melhor aplicação.
- Comparar a rentabilidade das principais opções de investimento

3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é composto por instituições financeiras responsáveis por manter o fluxo de recursos entre poupadores e investidores, os recursos são captados no mercado financeiro e no mercado de capitais e repassados aos tomadores em forma de empréstimos ou financiamentos.

Alexandre Assaf Neto diz que "é em função desse processo de distribuição de recursos no mercado que se evidencia a função econômica e social do sistema financeiro".

De acordo com a Lei n. 4.595/64 - Lei da Reforma Bancária as instituições financeiras são definidas como:

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual. (SECURATO, José Roberto. SECURATO, José Cláudio. Mercado Financeiro: conceitos, cálculo e análise de investimento. 3. ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009, p. 51).

Esta intermediação de recursos ocorre, pois existe a disponibilidade de recursos dos chamados poupadores ou agentes superavitários que buscam não só uma forma segura de proteger seus recursos, mas também uma remuneração por adiarem o seu consumo presente. Esta necessidade de proteção e remuneração dos agentes superavitários vem a ser complementada pela necessidade de recursos dos agentes deficitários ou tomadores que precisam destes recursos para financiar seus projetos e atividades.

Os intermediadores responsáveis por promover a troca de recursos entre agentes superavitários e deficitários obtêm ganhos através dos spreads, que consistem na diferença entre os juros cobrados nas operações de crédito e os juros pagos na captação dos recursos. O custo da intermediação financeira está vinculado à taxa de juros praticada pelas instituições e que são utilizadas para regular o fluxo dos recursos entre os poupadores e tomadores. Sendo assim os juros representam a remuneração do poupador por adiar o consumo e uma forma de controlar a migração de recursos, pois influenciam no crescimento econômico do país.

3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Formado pelo Sistema Normativo e pelo Sistema de Intermediação Financeira. O Sistema Normativo tem como função controlar as instituições para preservar os recursos da sociedade e que estão sob guarda das instituições financeiras é composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) dentre outras instituições. Já o Sistema de Intermediação é formado por bancos comerciais, caixa econômica, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras.

3.1.1 Sistema Normativo

O Sistema Normativo que tem como objetivo organizar e contribuir para a manutenção do fluxo de recursos entre poupadores e investidores. É composto pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Superintendência de Seguros Privados e Superintendência de Previdência Complementar. Neste capítulo trataremos do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho Monetário Nacional é órgão máximo do sistema financeiro brasileiro responsável por elaborar a política monetária, creditícia e cambial do país que servirão de base para a atividade de fiscalização, controle e regulamentação dos intermediários financeiros exercidos pelo Banco Central.

- Responsável por autorizar a emissão de papel-moeda;
- Definição dos encaixes obrigatórios sobre os depósitos a vista e a prazo;
- Regulamentação das operações de redesconto realizadas pelo Banco Central;

Estabelecer diretrizes a serem seguidas pelo Banco Central nas operações com títulos públicos;

- Regulamentação das operações de câmbio e a política cambial; e
- Aprovação do orçamento monetário elaborado pelo Banco Central.

O Banco Central do Brasil – é o órgão responsável por executar as políticas monetárias, creditícias e cambiais, fazer cumprir as normas estabelecidas pelo

Conselho Monetário Nacional, além de fiscalizar e regulamentar as atividades desenvolvidas pelas instituições de intermediação financeira.

- Emitir papel-moeda;
- Receber os depósitos obrigatórios dos bancos comerciais;
- Realizar operações de redesconto;
- Realizar operações de Open-Market;
- Controlar o crédito;
- Fiscalizar as Instituições Financeiras e a concessão da autorização para o seu funcionamento; e
- Administrar as reservas cambiais do país.

Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – responsável pela fiscalização das Bolsas de Valores e a emissão de Valores Mobiliários negociados nas Bolsas. Tem como objetivo proteger os recursos dos investidores contribuindo para o bom funcionamento das Bolsas de Valores e das instituições auxiliares que atuam neste mercado e estimular a transferência de recursos da poupança para o mercado acionário.

3.1.2 Instituição de Intermediação Financeira

Com a função de facilitar o fluxo de recursos entre poupadores e investidores os intermediários financeiros desempenham importante papel na economia. A intermediação financeira ocorre através do empréstimo de recursos dos poupadores aos intermediários, por este empréstimo os poupadores serão remunerados por uma taxa de juros. Estes mesmos recursos serão emprestados aos agentes deficitários que pagarão juros pelo empréstimo recebido. A diferença entre a taxa de juros recebida dos agentes deficitários e os juros pagos aos poupadores corresponderá ao *spread* que será a remuneração dos intermediários financeiros.



Figura 1 - Ilustração do processo de intermediação financeira

Fonte: Securato, 2009, p. 60.

São consideradas instituições de intermediação financeira:

- Bancos Comerciais;
- Bancos de Investimento;
- Bancos de Desenvolvimento;
- Bancos Múltiplos;
- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento;
- Sociedades de Crédito Imobiliário;
- Sociedade de Arrendamento Mercantil (*leasing*);
- Associações de Poupança e Empréstimo;
- Caixas Econômicas;
- Banco do Brasil;
- Bolsa de Valores;
- Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários (DTVM), e
- Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários (CTVM).

Bancos Comerciais – captam recursos através do recebimento de depósitos à vista e fornecem crédito para pessoa física, indústria, comércio e empresas prestadoras de serviços. Além disso, também recebem tributos e taxas referentes a bens e serviços prestados por órgãos públicos ou empresas prestadoras de serviços (água, luz e telefone, por exemplo).

Bancos de Investimento – Por não poderem manter contas correntes captam recursos por meio de Certificados de depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB) e utilizam estes recursos para fornecer crédito de médio e longo prazo para capital de giro e para investimento.

Bancos de Desenvolvimento – representado principalmente pelo BNDES tem como objetivo disponibilizar financiamento de médio e longo prazo para os setores primário, secundário e terciário contribuindo assim com a política de investimento do Governo Federal.

Bancos Múltiplos – representam um conjunto de instituições financeiras que desempenham atividades bancárias e não bancárias e que operam sob um mesmo controle. Para que seja considerado banco múltiplo deverá operar com pelo menos duas carteiras que podem ser comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de

aceite ou de *leasing*, existe a exigência de que pelo menos uma delas seja a carteira comercial ou de investimentos.

Caixa Econômica – recebem taxas, tributos e depósitos à vista funcionando como bancos comerciais, mas tem como diferenciais a centralização do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a integração ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro de Habitação sendo responsáveis pela operacionalização da política do governo voltada para a habitação e para o saneamento.

Banco do Brasil - além de atuar como banco múltiplo desempenha algumas funções especiais como, por exemplo, a de principal executor de serviços bancários do governo federal, administrar a Câmara de Compensação de Cheques e executar a política de preços mínimos dos produtos agropecuários.

Bolsa de Valores - em 2008 houve a fusão da Bolsa de Valores de São Paulo com a Bolsa de Mercadorias e Futuros resultando na BM&FBovespa S.A. Corresponde a Bolsa de Valores organizar, fiscalizar e a manter um sistema que permita a realização, o registro e a divulgação das operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários. Quanto as operações vinculadas a BM&F estão as de mercado à vista, futuro e termo.

Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos – captam recursos através de letras de câmbio e concedem empréstimos.

Sociedade de Crédito Imobiliário – criada para financiar o mercado imobiliário através da utilização de recursos da poupança.

Sociedades de Arrendamento Mercantil – operam com leasing e normalmente utilizam a emissão de debêntures como forma de captação de recursos. O leasing consiste em um contrato de locação em que ao final o cliente terá a opção de devolver o bem, adquiri-lo pelo valor residual ou renovar o contrato.

Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários (DTVM) - atuam na intermediação de títulos e valores mobiliários, mas não tem acesso a Bolsa de Valores e de Mercadorias atuam no mercado primário através da venda de novos títulos, ações e debêntures.

Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários (CTVM) – tem exclusividade na intermediação da compra e venda e na distribuição de títulos e valores mobiliários nos pregões das Bolsas de Valores. Além de operar na bolsa de valores e de

mercadorias também podem custodiar valores mobiliários, administrar carteiras e fundos de investimentos e intermediar operações de câmbio.

4. FORMAÇÃO DE TAXAS NO MERCADO FINANCEIRO

Segundo material disponibilizado pelas Diretorias de Gestão de Pessoas e Finanças do Banco do Brasil mercado financeiro é definido como o local onde ocorre a oferta e a demanda por dinheiro, ou seja, é onde ocorre a intermediação.

Cabe as instituições financeiras, intermediadoras, estabelecer um preço para o dinheiro. Este preço além de ser suficiente para cobrir os custos e gerar lucro deverá ser atrativo tanto para os doadores quanto para os tomadores. Para isto é utilizada como referencia para a formação do preço, a taxa básica de juros.

4.1 TAXA BÁSICA DE JUROS

A taxa básica de juros, também conhecida como SELIC é definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) que se reúne a cada 45 dias para defini-la. A SELIC é estabelecida considerando a estabilidade econômica não só do país, mas também no mundo, a dívida pública interna, a inflação, a credibilidade do país, o nível das reservas cambiais entre outros. O Bacen define Selic como:

...a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação (art. 1º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, com a alteração introduzida pelo art. 1º da Circular nº 3.119, de 18 de abril de 2002).

E é com base nesta taxa que o Banco Central (Bacen) realiza o *open market* (compra e venda de títulos públicos), exercendo assim a política monetária, controlando a disponibilidade de moeda no mercado e controlando a taxa de juros de curto prazo.

Os títulos públicos depois de adquiridos pelas instituições financeiras podem ser negociados entre elas, estas operações caracterizam-se por operações de curto prazo visando à troca de reservas entre as instituições financeiras. É esta negociação de títulos que dá origem a taxa over.

4.2 CERTIFICADO DE DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS (CDI)

Os Certificados de Depósito Interbancário são uma forma de distribuir os recursos entre as instituições que precisam e as que possuem disponibilidade de recursos. Todas as operações são registradas na Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip).

O CDI são títulos emitidos pelas instituições financeiras e que são utilizados como lastro para as operações interbancárias sejam elas negociadas por um dia ou mais. No mercado financeiro a taxa média diária do CDI é utilizada como benchmark para avaliar a rentabilidade de fundos DI e os fundos de renda fixa.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As instituições que atuam como intermediadoras transformando os recursos captados em instrumentos financeiros para que possam ser utilizados no mercado financeiro. Desta forma os agentes superavitários podem investir seus recursos em diferentes instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser divididos em instrumentos do mercado monetário e instrumentos do mercado de capitais. Como este trabalho tem por objetivo comparar a Letra de Crédito do Agronegócio com outras opções de investimento disponíveis no mercado iremos explorar os instrumentos financeiros disponíveis no mercado monetário por permitir a utilização do mesmo benchmark, que neste caso será o CDI.

5.1 ATIVOS DE RENDA FIXA

As aplicações em renda fixa possuem data de vencimento e remuneração definida, poderá ser pré ou pós-fixada. Em uma remuneração prefixada a taxa de juros que será utilizada na remuneração é determinada no momento da aplicação. Já na remuneração pós-fixada o índice e o percentual utilizados na remuneração são estabelecidos no início da aplicação. São Ativos de Renda Fixa poupança, depósito a prazo (CDB e RDB) e títulos públicos.

Poupança – é uma das aplicações mais populares por ter liquidez imediata, por permitir a aplicação de baixos valores e por ter isenção do IR. Os valores depositados em poupança podem ser movimentados livremente e é considerada

uma aplicação pós-fixada cuja remuneração para aplicações realizadas até 03.05.2012 é dada pela TR mais juros de 0,5% ao mês. Para aplicações realizadas após esta data a remuneração será TR somada a 0,5% quando a taxa Selic for superior a 8,5% e TR mais 70% da meta da taxa Selic ao ano quando a taxa Selic for menor ou igual a 8,5%. Quanto a tributação, não há incidência de IR e IOF para pessoa física.

Depósito a Prazo (CDB) – Correspondem a certificado ou recibo de valores depositados e que serão acrescidos de juros até a data de vencimento. Podem ser prefixados ou pós-fixados como TR, TJLP, DI e Selic. Quanto ao prazo estará vinculado ao indexador sendo no mínimo de 1 dia para o CDB pré e com remuneração vinculada a taxa DI ou à taxa Selic, 1 mês para o CDB pós-fixado atrelado a TR ou TJLP, quando vinculado a TBF o prazo mínimo do CDB será de 2 meses e 1 ano quando indexado a qualquer índice de preço. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) podem ser emitidos por Bancos de investimento, Bancos Comerciais, de Desenvolvimento e Caixas Econômicas. Quanto a tributação, há incidência de IOF para aplicações inferiores a 30 dias e IR de acordo com o prazo de aplicação sendo:

- 22,5% para aplicações de até 180 dias;
- 20,0% para aplicações superiores a 180 dias e de até 350 dias;
- 17,5% para aplicação superiores a 360 dias e ide até 720 dias;
- 15.0% para aplicações superiores a 720 dias.

Títulos Públicos – são emitidos pelo Tesouro Nacional com a finalidade de financiar a dívida interna do Governo e também podem ser utilizados na execução da política monetária quando o BACEN regula a quantidade de moeda disponível através da compra e venda de títulos.

Os Títulos Públicos são disponibilizados através do Tesouro Nacional a pessoas físicas, as aplicações podem ser feitas a partir de R\$ 30,00 com opções de curto, médio e longo prazo. São considerados ativos de menor risco e as aplicações podem ser feitas em títulos prefixados ou pós-fixado, e se necessário poderão ser vendidos antes do vencimento pelo seu valor de mercado.

Podem ser adquiridas Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN).

- Letras do Tesouro Nacional (LTN) - por ser um título com remuneração prefixada tem o seu valor de resgate predefinido, emitidos por curto prazo e sem pagamento de juros intermediários;
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - possui remuneração pós-fixada e é um título cujo valor é atualizado diariamente pela taxa Selic, e
- Notas do Tesouro Nacional (NTN) - podem ser emitidas em diversas séries podendo atender a diversas necessidades e normalmente pagam cupom semestral. As séries mais importantes são a série B, C e F. A NTN - B tem sua rentabilidade vinculada à variação do IPCA mais juros definidos no momento da aquisição. A NTN - C tem sua rentabilidade atrelada ao IGP-M acrescido de juros definidos na compra do título. A NTN - F é um título com rentabilidade prefixada, acrescida de juros também definidos na compra.

Nos títulos públicos haverá IOF somente quando o período de aplicação for inferior a 30 dias e a alíquota do IR será definida de acordo com o prazo de aplicação.

- 22,5% para aplicações de até 180 dias;
- 20,0% para aplicações superiores a 180 dias e de até 350 dias;
- 17,5% para aplicação superiores a 360 dias e de até 720 dias;
- 15,0% para aplicações superiores a 720 dias.

5.2 LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO (LCA)

Surgiu em 2004 com a Lei nº 11.076 de 30 de dezembro que regulamentou novos títulos do agronegócio dentre eles a LCA. Estes novos títulos contribuíram para uma maior integração entre a agricultura e o mercado financeiro, pois repassam ao mercado financeiro a tarefa de contribuir para o financiamento do agronegócio.

A sua emissão precisa estar vinculada a disponibilização de seus recursos para o agronegócio, seja através da produção, comercialização, industrialização ou até mesmo beneficiamentos relacionados a produtos, insumos ou máquina. A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) representa uma promessa de pagamento e é emitida por instituições financeiras que possuam operações de crédito no agronegócio, o que significa dizer que a sua garantia e solidez estão vinculadas a instituição que a emitiu. Por este motivo como aplicação é considerada de baixo risco. Além disso,

tem seu rendimento atrelado ao CDI, alíquota zero de IR e as LCAs emitidas a partir de maio de 2013 passaram a ter a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

De acordo com a Resolução BACEN 4.410, de 28.05.2015, foi estabelecida carência de 90 dias para resgate, podendo após este prazo realizar resgates parciais ou totais.

5.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

Organizados em forma de condomínio de investidores possibilita a aplicação em diversos ativos ao mesmo tempo e a possibilidade de uma maior remuneração mesmo para pequenos valores. Quanto a liquidez poderá ser imediata desde que respeitado o prazo de liquidação do resgate.

Os fundos são administrados por administradoras ou gestoras de fundos e os recursos aplicados no Fundo são controlados pelo sistema de cotas que representa a menor fração do patrimônio do Fundo. Os recursos aplicados no fundo não são garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Os recursos obtidos com a aquisição de cotas pelos investidores são aplicados em títulos que quando valorizados representarão a remuneração obtida pelo Fundo e distribuída aos cotistas. Quanto a cota, corresponde ao valor do patrimônio líquido dividido pelo número de cotas do Fundo e tem seu valor atualizado de acordo com a variação dos valores dos papéis que compõem o Fundo. O valor da cota será afetado de acordo com os ativos que compõem a carteira, oscilando mais em um fundo de ações do que em um fundo atrelado ao DI. As taxas de administração assim como outras despesas também afetam o valor da cota, pois incidem sobre o patrimônio líquido do fundo. Além disso, a cota pode ser de Abertura ou Fechamento:

- Cota de Abertura – tem o seu valor calculado utilizando o preço dos ativos do dia anterior que são corrigidos através da aplicação da taxa DI, possibilitando a disponibilidade do valor da cota no início do dia.
- Cota de Fechamento – o valor da cota só será disponibilizado à noite pois o valor da cota será calculado após o encerramento do mercado.

Taxas, algumas taxas poderão ser cobradas, mas deverão estar previstas no Regulamento do Fundo que determina as regras de funcionamento. Poderão ser cobradas taxas como a de administração, de performance, de entrada e/ou de saída.

Taxa de Administração – corresponde a remuneração do administrador do fundo. É informada em percentuais equivalentes a taxa anual e é aplicada sobre o patrimônio líquido do fundo, a rentabilidade do fundo é informada já descontada a taxa de administração.

Taxa de Performance – caso a rentabilidade do fundo supere a meta de rentabilidade (benchmark) poderá ser cobrada taxa de performance sobre a parcela que superar o benchmark.

Taxa de Entrada – pode ser cobrada ao aplicar o valor no fundo.

Taxa de Saída – poderá ser cobrada a cada resgate realizado. Os fundos que cobram taxas de saída podem oferecer como diferencial a isenção da taxa de administração por exemplo.

5.3.1 Classificação Dos Fundos

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) os fundos são classificados de acordo com os papéis que forma a sua carteira. Os fundos podem ser:

Curto Prazo – são fundos compostos por títulos públicos federais, pré ou pós-fixados e com prazo máximo de vencimento de 375 dias. Quanto aos riscos, os recursos aplicados em fundos de curto prazo estão menos sujeitos as oscilações do mercado financeiro.

Renda Fixa – 80% dos recursos são aplicados em títulos públicos federais e/ou títulos de renda fixa privada pré ou pós-fixados de baixo risco. Os fundos classificados como Renda Fixa podem ser de curto ou longo prazo sendo que os de curto prazo estão sujeitos a uma menor oscilação e os de longo prazo ficam expostos às mudanças no cenário político-econômico.

Referenciado – os fundos referenciados devem possuir pelo menos 80% do seu patrimônio aplicado em títulos públicos federais e/ou títulos de renda fixa privados. Além disso, 95% da carteira do fundo devem ser formadas por ativos que acompanhem a variação do indicador de desempenho.

Ações – 67% no mínimo do patrimônio líquido do fundo devem ser aplicados em ações. O risco está associado à oscilação do preço das ações e, portanto as oscilações do mercado financeiro.

Cambial – no mínimo 80% do patrimônio líquido do fundo deverão ser aplicados em títulos vinculados à taxa de câmbio. Neste caso a aplicação poderá ser feita em títulos públicos como NTN-D que está indexado ao dólar ou títulos de renda fixa também vinculados ao dólar. A rentabilidade destes fundos esta associada não somente a variação da moeda, mas também da taxa de juros prefixada, Cupom Cambial.

Multimercado – tem sua carteira composta por diversos ativos sem que haja concentração em nenhum deles. Podem ser feitas aplicações em títulos públicos, títulos privados, títulos cambiais, ações e derivativos. Este fundo é considerado de longo prazo e apresenta como vantagem a possibilidade de diversificar as aplicações através de um único fundo, mas essa diversificação também faz com que o fundo seja exposto a vários fatores de risco, como variação cambial, taxa de juros e preço de ações.

Divida Externa – A carteira deste fundo é composta por no mínimo 80% de títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União e até 20% em títulos de crédito transacionados no mercado internacional.

Fundos de investimento Imobiliário – com lastro em empreendimentos imobiliários como imóveis comerciais, em construção, imóveis novos, usados e até imóveis que não tenham sido vendidos. Neste fundo a negociação é feita através da bolsa como uma ação.

Offshore – tem como públicos-alvo investidores interessados em obter uma rentabilidade referenciada ao Risco País, pois é um fundo que aplica em títulos externos vinculados ao risco Brasil, norte-americano ou europeu.

Clube de Investimento – São formados por pessoas físicas sendo no mínimo três e no máximo 150 participantes. São compostos por no mínimo 51% de ações, debêntures e bônus de subscrição.

Quanto à tributação, as alíquotas do IR são diferenciadas e aplicadas de acordo com o tipo de fundo e o tempo de aplicação. Carteira de Renda Variável – o IR é cobrado no resgate com a alíquota de 15%. Carteira de Renda Fixa – conhecido como come-cotas incide nos meses de maio e novembro reduzindo o número de cotas do investidor.

- Fundos de Curto Prazo– aplicações com menos de 180 dias – alíquota de 22,5%;
- Aplicações com mais de 180 dias – alíquota de 20,0%;
- Fundos de Longo Prazo– aplicações com até 180 dias – alíquota de 22,5%;
- Aplicações com mais de 180 dias e até 360 dias – alíquota de 20,0%;
- Aplicações com mais de 360 dias e até 720 dias – alíquota de 17,5%;
- Aplicações superiores a 180 dias – alíquota de 15%.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Nas carteiras de Renda Variável não incide cobrança de IOF e nas carteiras de Renda Fixa haverá a cobrança de IOF sobre as aplicações com prazo inferior a 30 dias.

6. INVESTIDOR: CARACTERÍSTICAS E PERFIL

Investidor é o agente superavitário ou poupador que deseja investir este recurso para rentabilizá-lo. Mas para decidir qual a melhor forma de aplicar este recurso será necessário definir o perfil do investidor, o que poderá ser feito através da definição dos objetivos, da situação financeira atual, do momento da vida do investidor, do horizonte de tempo do investimento e da propensão ao risco.

Estas informações podem ser obtidas através de questionários disponíveis nas instituições financeiras. Estes questionários são compostos de três etapas estabelecidas pela Anbima, a primeira referente à coleta de informações para identificar a experiência em investimentos e a situação financeira do investidor, a segunda trata da definição de um perfil de investimento e por último a verificação da adequação das aplicações e dos objetivos que se pretende alcançar.

6.1 OBJETIVOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ao longo da vida são estabelecidas metas e objetivos e para concretizá-los além de dos recursos necessários também será necessário estabelecer prazos. Gitman e Joehnk dizem que:

"As evidências favorecem a abordagem mais lógica que começa com a definição de um conjunto de objetivos financeiros gerais, para então desenvolverem e executarem um programa de investimentos consistentes com esses objetivos." (Gitman,

Lawrence J., Joehnk, Michael D. Princípios de Investimentos, São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, p.11.)

A definição dos objetivos deve levar em consideração não só as necessidades básicas como alimentação, roupas, habitação e transporte, mas também as necessidades de emergência, os desejos de consumo e reserva para a aposentadoria.

As reservas para emergências seriam aquelas voltadas para imprevistos como, por exemplo, uma despesa extra, a perda do emprego ou até mesmo uma doença. O consumo inclui a aquisição da casa própria, a compra de um carro ou até mesmo uma viagem. Já a reserva para a aposentadoria tem como objetivo acumular recursos para garantir o consumo no futuro.

Quanto ao prazo podem ser divididos em curto prazo, médio prazo ou longo prazo de acordo com o tempo previsto para a sua realização.

- Curto prazo - até 12 meses;
- Médio prazo - de 1 a cinco anos, e
- Longo prazo - acima de 5 anos.

Quanto a situação financeira, para a escolha do melhor tipo de aplicação será necessário a determinação do valor disponível no momento para investimento e a identificação da capacidade de gerar poupança.

6.2 CICLO DE VIDA E PROPENSÃO AO RISCO

A definição do tipo de investimento tende a mudar de acordo com a fase do ciclo de vida, tendendo a ser mais agressivo na fase inicial e conservador nas fases que correspondem a uma idade mais avançada.

De acordo com Gitman e Joehnk o ciclo de vida dos investidores pode ser definido como:

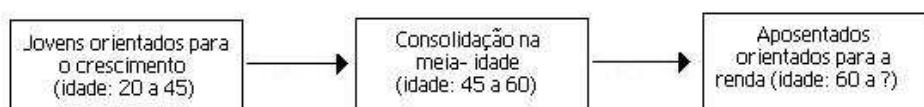


Figura 2 – INVESTIMENTO NO CICLO DE VIDA

Fonte: Gitman e Joehnk, 2005, p.18.

Na fase inicial entre 20 e 45 anos, por não dispor de muitos recursos o objetivo dos investimentos é o crescimento através do ganho de capital. Nesta fase a tendência é a de optar por investimento em ações de alto risco e instrumentos especulativos.

Entre 45 e 60 fase que corresponde à consolidação e que normalmente vem acompanhada das responsabilidades familiares, gastos com educação e preocupação com a aposentadoria. Nesta fase a tendência é conduzir os investimentos para ações de risco mais baixo e títulos públicos.

A partir do 60 anos a preocupação é a de preservar o capital e assegurar o recebimento de uma renda e os ganhos de capital já não ocupam lugar de destaque e as aplicações tendem a serem mais conservadoras e, portanto com baixo risco.

6.3 CLASSIFICAÇÃO DO INVESTIDOR

- Conservador – são investidores dispostos a aceitar um retorno menor desde que com menor exposição ao risco, pois buscam a preservação do capital. Normalmente os investidores com perfil de investidor conservador preferem aplicações de médio e longo prazo.
- Moderado – é um investidor que possui características do perfil conservador e do arrojado, pois este disposto a assumir mais riscos do que o conservador, mas que diversifica suas aplicações entre opções com diferentes exposições ao risco buscando compensar futuras perdas.
- Arrojado – investidores que em busca de retornos rápidos estão dispostos a assumir maiores riscos e buscam superar os indicadores de rentabilidade.

7. CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS – RISCO VERSUS RETORNO – AUXILIO A TOMADA DE DECISÃO

7.1 RISCO, RETORNO E DIVERSIFICAÇÃO

O retorno que se espera obter de uma aplicação está diretamente relacionado ao risco que se está disposto a correr, sendo assim, quanto maior for a rentabilidade que se espera alcançar maior tende a ser o risco. Segundo Gitman e Joehnk (2005, p.121) o risco pode ser definido como "a probabilidade de o retorno real de um

investimento diferir do esperado". Já de acordo com Assaf Neto, "A ideia de risco, de forma mais específica, está associada às probabilidades de ocorrência de determinados resultados e valores".

7.1.1 Riscos

O risco está relacionado ao grau de incerteza de um investimento e pode ser:

- Risco de Negócio - está associado a incerteza dos investidores quanto ao recebimento dos retornos de um investimento;
- Risco do poder de compra - este risco está relacionado a possibilidade da perda de poder de compra causada pela elevação de preços, como ocorre na inflação;
- Risco da taxa de juros - consiste nas alterações no valor de um título causadas por mudanças na taxa de juros;
- Risco fiscal - relaciona-se a possibilidade de mudanças desfavoráveis nas leis tributárias;
- Risco de Mercado - que está associado a possibilidade de perda causada por oscilações de preço do ativo no mercado;
- Risco de Crédito - refere-se à possibilidade de não receber o valor a que se tem direito no dia do resgate ou na data correspondente ao pagamento a um pagamento intermediário;
- Risco de Liquidez - este risco está relacionado a possibilidade de não haver atividade suficiente no mercado para assegurar a negociação de um ativo pelo valor desejado.

7.1.2 Retorno

Os investimentos mesmo que atrelados a algum tipo de risco são motivados pelos retornos que se espera receber. Gitman e Joehnk (2005, p.101) definem retorno como sendo "[...] o nível de lucro de um investimento - ou seja, a recompensa pelo investimento." Sendo assim, retorno corresponde ao resultado de um investimento podendo ter resultado positivo ou negativo.

O retorno de um investimento pode ser pago periodicamente como ocorre com o pagamento de dividendos de ações ou o pagamento de cupons dos títulos públicos, por exemplo, estes retornos são também conhecidos como renda corrente. Mas existe outra forma de retorno que seria o ganho de capital e que está relacionado aos ganhos obtidos quando a venda de um investimento ocorre com valor superior ao de aquisição.

7.1.3 Diversificação

A diversificação consiste na formação de uma carteira com diferentes instrumentos de investimento com o objetivo de aumentar o retorno e diminuir os riscos, pois cada ativo é formado por uma composição única de risco e de rentabilidade.

Assaf Neto diz que:

Por meio do conceito da diversificação, é possível esperar que ativos com risco possam ser combinados no contexto de uma carteira (portfólio) de forma que se apure um risco menor que aquele calculado para cada um de seus componentes. (Assaf Neto, Alexandra. Mercado Financeiro. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011).

Os diferentes graus de tolerância ao risco conduzem os investidores a diferentes escolhas de aplicações, adequando as escolhas a um grau de exposição ao risco aceitável para o investidor.

7.2 CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

O quadro econômico encontra-se repleto de desafios e oportunidades o que proporciona aos investidores algumas possibilidades de aplicação para os seus recursos e assim manter o seu patrimônio. Para isto, é necessário planejamento e em alguns casos o auxílio de profissionais especializados para orientar e aconselhar quanto as melhores aplicações disponíveis.

O serviço de consultoria de investimento consiste em auxiliar na gestão, na tomada de decisões e na elaboração de uma carteira de investimentos adequada ao perfil e aos interesses do investidor, levando em consideração os riscos envolvidos, o retorno esperado, os recursos disponíveis, o horizonte de tempo e o objetivo que

se pretende alcançar com os retornos obtidos além de considerar a situação econômica e as possíveis oscilações do mercado.

Desta forma será possível elaborar um portfólio capaz de obter os melhores resultados através da combinação da escolha de risco, retorno e recursos investidos.

Em entrevista realizada com uma consultora de investimentos foi ressaltada a importância da análise do perfil do investidor, esta análise poderá ser realizada através do questionário API (Análise de Perfil do Investidor), conversa com o cliente e também através da avaliação das aplicações já realizadas pelo cliente. A definição do perfil do cliente é fundamental para o direcionamento das aplicações.

Os consultores de investimentos também precisam estar constantemente atualizados quanto à situação atual e as tendências do mercado financeiro e sobre os fatores que possam influenciá-lo. Para isso são realizadas reuniões semanais com economistas que auxiliarão na definição do quadro econômico e as tendências do mercado financeiro. Além das reuniões semanais podem ocorrer a qualquer momento novas reuniões caso haja alguma mudança ou até mesmo a expectativa de alguma mudança significativa.

Com base nestas informações serão tomadas as decisões quanto as melhores indicações de aplicação, investimentos que alcançaram a rentabilidade esperada e que estariam em um bom momento para resgate e aplicações com grandes possibilidades de perda e que poderiam ser realocadas para aplicações com expectativas de maiores retornos.

De uma forma geral quando consideradas as aplicações em fundo de investimentos, para um perfil conservador cerca de 60% são direcionados para fundos de renda fixa e 40% para multimercados. No perfil moderado 52% dos recursos serão direcionados para fundos de renda fixa, 45% nos fundos multimercado e 3% em fundos de ações. Já no perfil arrojado o percentual destinado a aplicações em fundos de renda fixa cai para cerca de 35%, os multimercados corresponderão a 50% e os fundos de ações serão responsáveis por 15% das aplicações. Quanto ao perfil agressivo será composto de 35% de fundos renda fixa, 40% de fundos multimercados e 25% de fundos de ações. Esta distribuição corresponde ao resultado de um estudo realizado por um setor específico que utiliza principalmente medidas estatísticas e que auxilia na tomada de decisões.

Cabe ao consultor considerando as informações obtidas quanto ao perfil do investidor, suas necessidades e objetivos, as informações obtidas sobre o mercado financeiro e suas tendências e os estudos de medidas estatísticas definirem e sugerirem as melhores aplicações. Para isto é apresentado ao investidor informações sobre as diversas opções de aplicação, qual a sua composição, sua taxa de administração, seu benchmark, seus riscos, sua expectativa de ganho, a sua rentabilidade passada, deixando claro que a rentabilidade passada não representa garantia de ganhos futuros.

O consultor de investimentos tem como principal função orientar o investidor quanto a aplicações mais indicadas, mas isto não determina ou restringe os investimentos às aplicações indicadas. O investidor poderá ou não aceitar a composição da carteira sugerida pelo consultor, solicitar alterações e até mesmo mais informações sobre as aplicações.

De acordo com a consultora de investimento atualmente as taxas médias para aplicações em LCA é de 85% do CDI e para aplicações em CDB 83% do CDI, estas informações serão utilizadas no próximo item.

8. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do trabalho foi realizada pesquisa com embasamento teórico tendo como foco principal os livros de Alexandre Assaf Neto, Lawrence J. Gitman e Michael D. Joehnk e José Roberto e José Cláudio Securato. Foram utilizados outros livros inclusive aqueles disponibilizados de forma eletrônica. Também foi elaborado um quadro com o comparativo das rentabilidades através de uma ferramenta de soluções para o mercado financeiro disponível no site www.comdinheiro.com.br. e realizada entrevista com uma consultora de investimento que atua em uma instituição financeira que está entre um dos maiores bancos do Brasil. A entrevista foi baseada em alguns pontos básicos como os procedimentos adotados para identificar o perfil de investidor, estudos envolvidos na determinação da melhor forma de diversificação dos investimentos e a análise para determinar as melhores sugestões para aplicação em um determinado momento.

9. RENTABILIDADE X CDI

A rentabilidade entre Fundos de Renda Fixa, Referenciados DI e a taxa DI podem ser as mais recomendadas para investidores com perfil conservador ou as mais indicadas como forma de diversificação com a finalidade de redução dos riscos.

Considerando as informações de que a rentabilidade média para aplicações em LCA é de 85% deve-se considerar que esta aplicação possui alíquota de IR zerada, 0% (portanto uma taxa líquida) o que torna necessário para efeito de comparação a taxa equivalente à taxa bruta. Neste caso, será considerada a taxa da LCA dividida pela diferença entre 100 e a alíquota do IR aplicada (será considerada a alíquota de 15%), já no caso do CDB por haver cobrança de IR a taxa de 83% do CDI já corresponde à taxa bruta.

No quadro abaixo apresenta a rentabilidade para comparação foram consideradas LCAs com taxas de 80% a 94% do CDI, CDB com taxa de 83% do CDI e 06 (seis) fundos, sendo 03 (três) do Banco do Brasil e 03 (três) do Itaú, todos escolhidos aleatoriamente dentre os fundos vinculados ao CDI. São apresentadas as rentabilidades dos Fundos de Renda Fixa e dos Fundos Referenciados DI, para efeito de comparação serão utilizadas as informações referentes à rentabilidade acumulada no período de 02 de janeiro de 2013 a 31 de maio de 2015.

QUADRO COMPARATIVO

Ativo	Mês					Abr	Mar	Fev	Jan	Dez
			meses	meses	período	2016	2016	2016	2016	2015
Carteira	1	4,96	12,48	24,15	37,99	0,94	1,05	0,9	0,96	1,06
CDI	1,1	5,5	13,93	27,09	42,98	1,05	1,16	1	1,05	1,16
% do CDI	91	90,3	89,57	89,16	88,39	89,5	90,5	90	91,1	91,1
LCA 94%	1,2	6,1	15,51	30,35	48,5	1,17	1,28	1,11	1,17	1,29
LCA 92%	1,2	5,96	15,16	29,62	47,26	1,14	1,26	1,08	1,14	1,26
LCA 90%	1,2	5,83	14,81	28,89	46,02	1,12	1,23	1,06	1,12	1,23
LCA 88%	1,2	5,7	14,45	28,17	44,8	1,09	1,2	1,04	1,09	1,2
LCA 86%	1,1	5,56	14,1	27,45	43,59	1,07	1,17	1,01	1,07	1,18
LCA 84%	1,1	5,43	13,75	26,73	42,38	1,04	1,15	0,99	1,04	1,15
LCA 82%	1,1	5,3	13,41	26,02	41,19	1,02	1,12	0,97	1,02	1,12
LCA 80%	1	5,16	13,06	25,31	40,01	0,99	1,09	0,94	0,99	1,09
POUPANCA	0,7	3,27	8,37	16,22	26,46	0,63	0,72	0,6	0,63	0,73
POUPANCA1	0,7	3,27	8,37	16,22	25,91	0,63	0,72	0,6	0,63	0,73

BB Rf 500 Ficfi	1	4,59	11,73	22,41	34,24	0,84	0,96	0,83	0,9	0,99
BB Rf LP 500 Ficfi	1	4,56	11,79	22,66	34,49	0,81	0,95	0,82	0,91	1,02
BB Rf Ref DI 500 Ficfi	1	4,58	11,79	22,48	34,26	0,82	0,96	0,83	0,91	1
Itaú Ultra Rf – Ficfi	1	5,22	12,89	24,78	38,71	0,99	1,11	0,94	1,05	1,07
Itaú Max Rf Ref DI - Ficfi	1	4,79	12,08	23,04	35,47	0,93	1,01	0,86	0,93	1,02
Itaú Rf Ref DI Super Ficfi	0,9	4,49	11,31	21,34	32,29	0,87	0,95	0,81	0,87	0,96
CDB 83%	0,9	4,54	11,43	22,01	34,55	0,87	0,96	0,83	0,87	0,96

Período da Análise: 02/01/2013 a 31/05/2016. Retornos em %.

Fonte: www.comdinheiro.com.br

Observando a coluna referente a rentabilidade do período é possível verificar que o CDI acumulado de 2013 a maio de 2016 foi de 42,98 o que não foi alcançado pelo CDB, poupança ou qualquer um dos fundos. O contrario ocorreu com as LCAs com taxa a partir de 86% do CDI. Mesmo a LCA com taxa de 80% do CDI (o que equivaleria a um CDB com taxa bruta de 94,12% do CDI) apresentou uma rentabilidade superior a dos fundos, poupança ou CDB para o mesmo período.

10. CONCLUSÃO

Quanto a tomada de decisão sobre onde investir ficou evidente a importância de se avaliar o perfil do investidor definindo a sua situação financeira, seus objetivos e a sua propensão ao risco. De acordo com o perfil do investidor é possível identificar o tipo de risco a que o investidor está disposto a expor os seus recursos em busca de uma rentabilidade que atenda as suas expectativas.

Além das diversas opções de investimentos com riscos, retornos e prazos diferentes o investidor também está exposto as oscilações do mercado o que dificulta a tomada de decisão. Na tomada de decisão o papel do consultor de investimento destaca-se por auxiliar na tomada de decisão.

O consultor de investimento através de ferramentas como um questionário e avaliações estatísticas consegue determinar qual o perfil do investidor, sua propensão ao risco e as aplicações mais indicadas. Ao vincular estas informações as expectativa de oscilações do mercado o consultor poderá auxiliar na tomada de decisão orientando quanto as melhores opções de investimento de acordo com cada perfil de investidor e de acordo com suas expectativas.

Este trabalho alcançou seus objetivos, pois identificaram os principais instrumentos de investimentos, os fatores envolvidos na tomada de decisão como sendo perfil do investidor, propensão ao risco, expectativa de retorno e oscilações do mercado.

Quanto à pergunta problema: A Letra de Crédito do Agronegócio, que é também um instrumento de financiamento do agronegócio, pode ser considerada uma das principais opções de investimento? O trabalho demonstra que considerando o perfil de cada investidor e as expectativas do mercado a diversificação visa reduzir a exposição ao risco com isto a Letra de Crédito do Agronegócio destacou-se dentre as opções de investimento, pois além de atender as necessidades de um cliente com perfil conservador também pode ser considerada uma excelente opção para diversificação das aplicações mesmo em perfis moderado e arrojado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGONI, Leide. Economia. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=RDbWLXTmnX4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 26 mar 2016.

BACHA, Carlos José Caetano. Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=il4w7qm-HjsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 26 mar 2016.

BONNAL, Philippe; LEITE, Sergio Pereira. Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=3HoQBAAQBAJ&pg=PT230&dq=letra+de+credito+do+agronegocio&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjKtbHijfHLAhWJhJAKHavdD3g4ChDoAQg3MAE#v=onepage&q=letra%20de%20credito%20do%20agronegocio&f=false>. Acessado em: 31 de março de 2016.

CASTRO NETO, José Luis de; SÉRGIO, Renata Sena Gomes. Análise de Risco e Crédito. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=3K4p7nnr8toC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 26 mar 2016.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994. 5.ed.

GITMAN, Lawrence J., Joehnk, Michael D. Principios de Investimentos. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 8.ed.

GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=abobBm09SIYC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 dez 2012.

KANE, Zvi Bodie Alex; Marcus, Alan J. Fundamentos de Investimentos 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. disponível em <http://books.google.com.br/books?>

[id=83sdnrgnYgYC&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false](#). Acesso em: 27 mar 2016.

LUND, Myrian Layr Monteiro Pereira; SOUZA, Cristovão Pereira de; CARVALHO, Luiz Celso Silva de. Mercado de Capitais. Rio de Janeiro: Editora FGV 201 1ª ed. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=eCKHCgAAQBAJ&pg=PT30&dq=letra+de+credito+do+agronegocio&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwi0t7vQrPDLAhWEvJAKHeodC7sQ6AEIRDAD#v=onepage&q=letra%20de%20credito%20do%20agronegocio&f=false>. Acesso em: 31 de março de 2016.

MELLAGI FILHO, Armando Ishikawa, Sérgio. Mercado Financeiro e de capitais. São Paulo: Atlas, 2003, 2.ed.

NEWLANDS JR, Carlos Arthur. Sistema financeiro e bancário: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=B6oDhVNrpoC&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Carlos+Newlands+Junior%22&hl=ptBR&sa=X&ei=btwNUcXFOpLM9gTOilHgDw&ved=0CDAQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 29 mar 2016.

RASSIER, Leandro. Entenda o mercado de ações: faça da crise uma oportunidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=fQxM0pS1LhkC&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 26 mar 2016.

SECURATO, José Roberto. Securato, José Cláudio. Mercado Financeiro: conceitos, cálculo e análise de investimento. São Paulo: Saint Paul Editora, 2005, 3.ed.